

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2006**  
**(Do Sr. Lincoln Portela)**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre a advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos da presente lei, o advogado poderá declarar a autenticidade dos documentos por ele juntados aos processos em que atue, sob sua responsabilidade pessoal.

Art. 2º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 5ºA:

“Art. 5ºA. O advogado pode declarar a autenticidade dos documentos por ele juntados aos processos em que atue, sob sua responsabilidade pessoal.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

No curso da reforma processual civil que vem sendo empreendida, a Lei nº 10.352/01 prestigiou o exercício da advocacia em nosso país, ao dispor, com relação ao recurso de agravo dirigido aos tribunais superiores, interposto da decisão que não admite o recurso extraordinário ou o recurso especial, que “as cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal”.

Assim, quando o agravo destinar-se ao STF ou ao STJ, a lei confere fé pública ao advogado.

“Fé pública”, no entender de **Plácido e Silva**, “é a *confiança* que se deve ter a respeito dos documentos emanados de autoridades públicas ou de serventuários da justiça, em virtude da função ou ofício exercido. A *fé pública* assenta, assim, na presunção legal de autenticidade dada aos atos praticados pelas pessoas que exercem cargo ou ofício público. A fé pública se funda, pois, nesta presunção. E não pode ser elidida, desde que não se prove, com fatos concludentes e irrefutáveis, não ser a verdade aquela que, por sua fé, atesta o documento. É costume, nas escrituras públicas ou documentos passados por serventuários públicos, a final, encerrarem-nos com a expressão: *dou fé* ou *porto por fé*, o que significa: *asseguro* ou *certifico* a verdade das ocorrências anotadas.”

Ora, de acordo com o Estatuto da Advocacia, o advogado é indispensável à administração da justiça – o que já é previsto no art. 133 da Constituição Federal – e, no seu ministério privado, presta serviço público e exerce função social. Mais ainda, no processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

De outra parte, a intransigência de alguns tribunais sobre a autenticação não se ajusta ao modelo pós-moderno de processo desburocratizado. Enquanto não se partir para a simplificação, inclusive com o uso da Informática e da Internet, estar-se-á contribuindo para o abarrotamento dos tribunais, dificultando a eficiência dos órgãos julgadores.

Bem de ver, portanto, que o legislador ordinário, ao conceber a redação atual do § 1º do art. 544 do Código de Processo Civil, perdeu excelente oportunidade de estender a regra ali estampada a todos os documentos juntados pelo causídico nos feitos em que atua.

É o que nos propomos a fazer mercê desta proposição, para a qual rogamos o endosso dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2006.

Deputado LINCOLN PORTELA